

# DOCUMENTO SEMINÁRIO NACIONAL 10 ANOS DE PNGATI

Somos mais de 50 organizações indígenas e indigenistas reunidas em Brasília, nos dias 7 e 8 de junho de 2022, para avaliar a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) ao longo dos últimos 10 anos, desde a sua instituição, e propor iniciativas para a retomada da sua implementação pelo Estado brasileiro.

A PNGATI foi instituída em 05 de junho de 2012, no dia Mundial do Meio Ambiente, e chega aos seus 10 anos de existência num momento extremamente difícil, não apenas para ela e demais políticas ambientais e indigenistas no Brasil, mas para a democracia do país de uma forma geral. A sistemática ação do Executivo e da maioria do Parlamento no sentido de desconstituir direitos historicamente conquistados pelos povos indígenas, aliado ao projeto deste governo de transformar as terras públicas em mercadoria, abrindo-as ao agronegócio e grandes empreendimentos e ao avanço da extração de recursos naturais e ampliação da infraestrutura de forma predatória, tem sido a tônica desses últimos anos.

No entanto, os povos indígenas e suas organizações continuaram dando exemplos de resistência e resiliência, implementando seus projetos e ações de gestão territorial e ambiental em seus territórios. Nesse processo, fortaleceram suas autonomias e mantiveram acesa a chama primordial da PNGATI. O Seminário Nacional 10 ANOS DA PNGATI busca reforçar esses princípios fundamentais da Política, especialmente o protagonismo dos povos indígenas e de suas organizações representativas. Representa um ato político em defesa de seus territórios e em protesto à inoperância e má fé do atual governo.

O Seminário Nacional 10 ANOS DA PNGATI realizou um balanço da sua implementação e propostas para sua continuidade, evidenciando e reafirmando que é urgente e necessário retomar a implementação da PNGATI em todos os níveis, por ser uma conquista dos povos indígenas do Brasil, tendo sido a primeira política indigenista construída de modo participativo, e por representar um dos maiores avanços na perspectiva da gestão autônoma e sustentável de seus territórios tradicionalmente ocupados em todo o país.

Em que pese o cenário de grandes retrocessos na política indigenista e ambiental que vivenciamos neste momento, a PNGATI afirma a autonomia dos povos indígenas e o direito ao usufruto exclusivo e posse plena de seus territórios, sendo um instrumento de proteção e enfrentamento das pressões, ameaças e violações que estão incidindo sobre os territórios indígenas e suas populações. Deve ser fortalecida pelos órgãos públicos, como meio de garantir o bem viver dos povos originários.

Mesmo nesse contexto adverso, os povos indígenas seguiram protegendo seus territórios e implementando iniciativas de gestão territorial e ambiental. Mais de 150 terras indígenas contam com Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e estão sendo implementados. Eles organizam acordos internos e coletivos, pactuam atividades com uma visão de futuro sustentável e de bem viver nos territórios indígenas e devem pautar as políticas públicas.

As terras indígenas são reconhecidas mundialmente por seu papel na conservação ambiental, colocando o Brasil em lugar de importância estratégica também no enfrentamento às mudanças climáticas. Asseguram serviços ecossistêmicos essenciais para a regulação climática, regime de chuvas e fonte hídrica, para o Brasil e para o restante do planeta. A PNGATI é, portanto, instrumento da maior importância também neste tema.

Entretanto, a PNGATI vem sofrendo, sobretudo desde 2019 sob o governo Bolsonaro, um profundo enfraquecimento e desmonte. Além dos sucessivos cortes orçamentários, o Comitê Gestor da PNGATI foi extinto, juntamente com diversos outros colegiados de participação social. A extinção do Comitê Gestor da PNGATI não permite a participação indígena no monitoramento e execução desta política pública, além de ser uma postura autoritária e não condizente com o dispositivo constitucional da participação social, com o estado democrático de direito e nem mesmo com a própria história de construção da PNGATI, que envolveu mais de 1.200 indígenas em todo o Brasil. A PNGATI precisa ser prioridade na retomada da política indigenista brasileira no próximo governo.

Repudiamos o fato de que nem mesmo o Plano Integrado de Implementação da PNGATI, construído com a participação de diversos órgãos governamentais, visando impulsionar esta Política, tem sido utilizado como um instrumento de sua implementação. É fundamental assegurar as condições para implementação da

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, inclusive nas terras não demarcadas e nos territórios de povos isolados, garantindo os recursos orçamentários e humanos, e as condições políticas e administrativas necessárias à sua execução.

Apresentamos a seguir as principais recomendações do Seminário Nacional 10 ANOS DA PNGATI, que contou com a presença de lideranças e representantes indígenas e indigenistas de mais de 50 organizações para garantir a sua imediata retomada e implementação pelo novo governo do Brasil.

## **1. É urgente a retomada do cumprimento do dever constitucional do Estado brasileiro com o reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas**

A paralisação dos procedimentos de demarcação das terras indígenas no Brasil coloca os territórios e seus povos em situação de extrema insegurança, expondo as comunidades a todo tipo de violência e discriminação, além de facilitar a exploração predatória dos recursos naturais presentes nesses territórios. É necessário que se retome a demarcação de terras indígenas para assegurar o direito originário e a ampla implementação da PNGATI, assim rejeitando de uma vez a tese do marco temporal e iniciativas do Legislativo, entre elas o PL 490/2007 e o PL 191/2020, que buscam paralisar as demarcações e atacar os direitos indígenas duramente conquistados na Constituição Federal de 1988, em seus Artigos 231 e 232.

## **2. É necessário retomar a implementação da PNGATI e dar a ela um caráter de longo prazo**

Atualmente, a PNGATI está totalmente desarticulada e encontra-se engavetada pelo atual governo federal. A Funai, sob controle dos militares e do agronegócio, vem se distanciando cada vez mais de sua missão institucional, abandonando a pauta de demarcação das TIs e suas agendas de gestão territorial e ambiental voltadas ao desenvolvimento sustentável dos territórios. No contexto atual, o órgão indigenista oficial tem priorizado as “parcerias agrícolas” e propostas de exploração de recursos

do subsolo das TIs, seguindo as orientações do atual presidente da República, defensor da liberação do garimpo e da mineração nos territórios indígenas.

O MMA e o ICMBio, que haviam consolidado agendas de trabalho indigenistas e criado canais de comunicação com os próprios povos indígenas e suas organizações para apoiar diferentes aspectos da implementação da PNGATI, voltaram à estaca zero. Tiveram seus orçamentos reduzidos com programas e planos de trabalho desmantelados.

Propomos:

1. Retomada, atualização e definição de ações prioritárias do Plano de Implementação da PNGATI (PII-PNGATI) nos primeiros 100 dias do novo governo.
2. Alocar recursos específicos no PPA para a implementação da PNGATI, com linhas orçamentárias definidas e em volume suficiente para atender as necessidades de sua implementação .
3. Aprovação do Projeto de Lei que institui a PNGATI pelo Congresso Nacional, o PL 4347/2021.
4. Reconhecer e regulamentar o papel dos Agentes Ambientais Indígenas.
5. A PNGATI deve estar articulada com as políticas de educação escolar indígena e de atendimento à saúde indígena, fortalecendo princípios de sustentabilidade e com recursos orçamentários compatíveis com as necessidades das comunidades indígenas.
6. Ampliar a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE nas comunidades indígenas, com procedimentos adequados.

### **3. Para retomar a PNGATI é necessário reformular e fortalecer suas instâncias de governança**

Uma das primeiras tarefas será avaliar e reorganizar o Comitê Gestor da PNGATI, instância de participação e de controle social, desarticulado por este governo. E nesse processo, incorporar a representação da sociedade civil, bem como realizar a redefinição de representações governamentais, muitas das quais tem uma relação mais distante com a implementação da Política. Da mesma forma, é importante

investir no apoio às representações indígenas, permitindo que os representantes possam articular as diferentes regiões do país e serem expoentes de suas demandas e expectativas.

É preciso reinstalar o CNPI – Conselho Nacional de Política Indigenista, fortalecendo seu papel na implementação da PNGATI, incluindo o monitoramento do processo de implementação das propostas apresentadas na Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada pelo governo federal em 2015, cujas propostas não chegaram a ser executadas. Importante também realizar a I Conferência Nacional da PNGATI, que teve sua data de realização adiada sucessivamente e não aconteceu até hoje.

Lembramos e cobramos a obrigação do Estado brasileiro em consultar os povos indígenas quando medidas administrativas e legislativas possam afetar seus direitos e territórios e que sejam respeitados os protocolos autônomos de consulta e consentimento dos povos indígenas.

É urgente instituir mecanismos de monitoramento e avaliação da implementação da PNGATI, com mecanismos claros de controle social, tanto dos aspectos financeiros quanto do monitoramento qualitativo das ações realizadas.

É necessário apoiar o fortalecimento institucional das organizações indígenas, para o efetivo controle social da PNGATI, bem como para a implementação dos PGTA's nos territórios indígenas, potencializando o acesso direto a recursos financeiros.

#### **4. A PNGATI precisa de recursos para sua implementação**

A perenidade de uma política pública exige financiamento governamental consistente e previsto no PPA. Para tanto, propomos destinação de recursos específicos no PPA para a PNGATI e para o funcionamento de suas instâncias de governança.

Além disso, também propomos:

1. Retomar a implementação do Fundo Amazônia, com a recomposição do COFA, e definição de editais imediatos e específicos para o fortalecimento da gestão territorial e ambiental de TI's, criando mecanismos que facilitem o acesso de organizações indígenas aos recursos, por meio do apoio a Fundos Indígenas,

- que possam descentralizar o acesso e a execução dos recursos financeiros.
2. Retomada da parceria governamental com diversas iniciativas da cooperação internacional para implementação da PNGATI, com seus editais e apoios voltados para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas.
  3. Incorporar de modo consistente nas políticas, ações e financiamentos as terras indígenas não amazônicas.
  4. Buscar sinergias com iniciativas locais e governos estaduais para financiar atividades voltadas à gestão das Terras Indígenas.
  5. Estimular que os ICMS Ecológicos sejam regulamentados em todos os Estados e contemplem como beneficiários as iniciativas indígenas locais de gestão territorial.
  6. Apoiar iniciativas consistentes de formação intercultural para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, tanto de técnicos e gestores governamentais, quanto de agentes ambientais indígenas, envolvendo as lideranças tradicionais das Terras Indígenas.
  7. Garantir condições de participação paritária das mulheres em todas as instâncias de governança e processos formativos da PNGATI.
  8. As políticas estaduais de mudanças climáticas, os programas e projetos de pagamento de serviços ambientais e os financiamentos para conservação da biodiversidade devem necessariamente garantir a repartição de benefícios com as comunidades indígenas, com salvaguardas elaboradas com participação indígena, financiando a gestão territorial das Terras Indígenas.

Brasília, 08 de junho de 2022.

APOINME - Articulação Dos Povos E Organizações Indígenas Do Nordeste, Minas Gerais E Espírito Santo

ABEX - Associação Bebô Xikrin do Bacajá

ACIBRA - Associação Comunitária Indígena Bracuí

AFP - Associação Floresta Protegida

AGAMIN - Agentes Ambientais Indígenas do Oiapoque

AIKATUK - Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana

AMAAIAC - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

AMIM - Associação Mulheres Indígenas em Mutirão do Oiapoque

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APINA - Conselho das Aldeias Wajãpi

APOIANP - Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará

APROAB - Associação dos Produtores Indígenas da Aldeia Água Branca

Arpinsudeste - Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste

Arpinsul - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

APIM - Associação dos Povos Indígenas do Mapuera

APIW - Associação do Povo Indígena Wai Wai

ASCURI – Associação Cultural de Realizadores Indígenas

ATIX - Associação Terra Indígena Xingu

AWATAC – Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura

Caianas - Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade

Casa de Cultura Karajá

CCPIO - Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque

CGY - Comissão Guarani Yvyrupa

CIR - Conselho Indígena de Roraima

COAPIMA - Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Conselho da Atyguasú Guarani Kaiowá

Conselho do Povo Terena

CGPH - Conselho Geral dos Povos Hexkaryana

CPI – Acre – Comissão Pró Índio do Acre

CTI – Centro de Trabalho Indigenista

FEPIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará

FEPOIMT - Federação Dos Povos e Organizações Indígenas Do Mato Grosso

FOCIMP - Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

AHY - Associação Hanaiti Yomomo

IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil  
IEPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena  
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos  
ISA – Instituto Socioambiental  
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza  
Kabu - Instituto Kabu  
Lideranças da TI Marãiwatsédé  
OPAN – Operação Amazônia Nativa  
OPIAJ - Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi  
OPIAM - Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira  
OPIPAM - Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas  
Associação Waymaré Paresi  
RCA – Rede de Cooperação Amazônica  
Rede de Apoio e Incentivo Socioambiental  
SITOAKORE - Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e  
Noroeste de Rondônia  
Tato´a - Associação Indígena Tato´a  
TNC – The Nature Conservancy  
UNIVAJA - União dos Povos Indígenas do Vale do Javari  
Warã - Associação Xavante Warã  
WWF – Brasil  
Wyty Cate - Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e  
Tocantins